

Diário do Legislativo de 10/04/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - CONCURSO PÚBLICO

2 - ATAS

2.1 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

CONCURSO PÚBLICO

Concurso Público

CARGO: *procurador* - Código 101

Edital nº 1/2000

Gabarito

Questão 01: C	Questão 11: D	Questão 21: C	Questão 31: A	Questão 41: A
Questão 02: C	Questão 12: A	Questão 22: D	Questão 32: C	Questão 42: B
Questão 03: D	Questão 13: A	Questão 23: B	Questão 33: A	Questão 43: B
Questão 04: A	Questão 14: A	Questão 24: A	Questão 34: B	Questão 44: D
Questão 05: B	Questão 15: C	Questão 25: A	Questão 35: A	Questão 45: D
Questão 06: D	Questão 16: B	Questão 26: A	Questão 36: A	Questão 46: D

Questão 07: B	Questão 17: C	Questão 27: A	Questão 37: C	Questão 47: B
---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Questão 08: B	Questão 18: B	Questão 28: B	Questão 38: B	Questão 48: B
---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Questão 09: A	Questão 19: A	Questão 29: D	Questão 39: B	Questão 49: D
Questão 10: D	Questão 20: C	Questão 30: C	Questão 40: A	Questão 50: C

CARGO: Técnico de apoio/*analista de sistemas*

ÁREA I: Desenvolvimento de Sistemas - Código 201

Edital nº 2/2000

Gabarito

Questão 01: C	Questão 11: A	Questão 21: A	Questão 31: B	Questão 41: D	Questão 51: D
Questão 02: B	Questão 12: B	Questão 22: B	Questão 32: D	Questão 42: B	Questão 52: A
Questão 03: B	Questão 13: B	Questão 23: anulada	Questão 33: D	Questão 43: D	Questão 53: C
Questão 04: A	Questão 14: D	Questão 24: C	Questão 34: A	Questão 44: B	Questão 54: C
Questão 05: A	Questão 15: A	Questão 25: anulada	Questão 35: A	Questão 45: B	Questão 55: C
Questão 06: D	Questão 16: C	Questão 26: C	Questão 36: B	Questão 46: D	Questão 56: B
Questão 07: B	Questão 17: C	Questão 27: B	Questão 37: C	Questão 47: D	Questão 57: C
Questão 08: A	Questão 18: B	Questão 28: D	Questão 38: B	Questão 48: A	Questão 58: B
Questão 09: D	Questão 19: C	Questão 29: A	Questão 39: D	Questão 49: C	Questão 59: B
Questão 10: A	Questão 20: B	Questão 30: D	Questão 40: A	Questão 50: A	Questão 60: B

CARGO: Técnico de apoio/*analista de sistemas*

ÁREA II: Suporte a Sistemas - Código 202

Edital nº 2/2000

Gabarito

Questão 01: C	Questão 11: A	Questão 21: A	Questão 31: B	Questão 41: B	Questão 51: B
Questão 02: B	Questão 12: B	Questão 22: B	Questão 32: D	Questão 42: A	Questão 52: C
Questão 03: B	Questão 13: B	Questão 23: D	Questão 33: D	Questão 43: D	Questão 53: D
Questão 04: A	Questão 14: D	Questão 24: C	Questão 34: A	Questão 44: D	Questão 54:

					B
Questão 05: A	Questão 15: A	Questão 25: A	Questão 35: A	Questão 45: D	Questão 55: B
Questão 06: D	Questão 16: C	Questão 26: C	Questão 36: B	Questão 46: B	Questão 56: A
Questão 07: B	Questão 17: C	Questão 27: B	Questão 37: C	Questão 47: A	Questão 57: C
Questão 08: A	Questão 18: B	Questão 28: D	Questão 38: B	Questão 48: C	Questão 58: C
Questão 09: D	Questão 19: C	Questão 29: A	Questão 39: D	Questão 49: A	Questão 59: C
Questão 10: A	Questão 20: B	Questão 30: D	Questão 40: A	Questão 50: A	Questão 60: A

CARGO: Técnico de apoio/*BIBLIOTECÁRIO* - Código 301

Edital nº 3/2000

Gabarito

Questão 01: B	Questão 11: D	Questão 21: B	Questão 31: A	Questão 41: B
Questão 02: B	Questão 12: B	Questão 22: B	Questão 32: D	Questão 42: D
Questão 03: D	Questão 13: A	Questão 23: B	Questão 33: A	Questão 43: D
Questão 04: A	Questão 14: A	Questão 24: D	Questão 34: A	Questão 44: D
Questão 05: C	Questão 15: C	Questão 25: D	Questão 35: C	Questão 45: C
Questão 06: B	Questão 16: A	Questão 26: B	Questão 36: B	Questão 46: A
Questão 07: A	Questão 17: A	Questão 27: A	Questão 37: A	Questão 47: C
Questão 08: C	Questão 18: A	Questão 28: A	Questão 38: A	Questão 48: D
Questão 09: A	Questão 19: C	Questão 29: A	Questão 39: A	Questão 49: C
Questão 10: D	Questão 20: B	Questão 30: C	Questão 40: B	Questão 50: A

CARGO: Técnico de apoio/*COMUNICADOR SOCIAL*

ÁREA I: Jornalismo- Código 401

Edital nº 4/2000

Gabarito

Questão 01: B	Questão 11: C	Questão 21: B	Questão 31: D	Questão 41: D	Questão 51: C
---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Questão 02: A	Questão 12: A	Questão 22: B	Questão 32: D	Questão 42: D	Questão 52: C
Questão 03: D	Questão 13: B	Questão 23: A	Questão 33: B	Questão 43: C	Questão 53: A
Questão 04: C	Questão 14: B	Questão 24: A	Questão 34: A	Questão 44: A	Questão 54: C
Questão 05: C	Questão 15: D	Questão 25: D	Questão 35: D	Questão 45: D	Questão 55: B
Questão 06: C	Questão 16: D	Questão 26: C	Questão 36: C	Questão 46: B	Questão 56: C
Questão 07: C	Questão 17: D	Questão 27: C	Questão 37: B	Questão 47: A	Questão 57: C
Questão 08: B	Questão 18: C	Questão 28: C	Questão 38: A	Questão 48: C	Questão 58: C
Questão 09: C	Questão 19: D	Questão 29: D	Questão 39: A	Questão 49: B	Questão 59: B
Questão 10: A	Questão 20: C	Questão 30: D	Questão 40: A	Questão 50: C	Questão 60: B

CARGO: Técnico de apoio/COMUNICADOR SOCIAL

ÁREA II: Relações Públicas - Código 402

Edital nº 4/2000

Gabarito

Questão 01: C	Questão 11: B	Questão 21: C	Questão 31: C	Questão 41: A	Questão 51: C
Questão 02: D	Questão 12: B	Questão 22: D	Questão 32: A	Questão 42: A	Questão 52: B
Questão 03: C	Questão 13: C	Questão 23: A	Questão 33: B	Questão 43: A	Questão 53: B
Questão 04: C	Questão 14: A	Questão 24: C	Questão 34: A	Questão 44: C	Questão 54: C
Questão 05: A	Questão 15: A	Questão 25: D	Questão 35: C	Questão 45: B	Questão 55: C
Questão 06: C	Questão 16: C	Questão 26: B	Questão 36: C	Questão 46: C	Questão 56: B
Questão 07: D	Questão 17: C	Questão 27: B	Questão 37: D	Questão 47: C	Questão 57: C
Questão 08: D	Questão 18: B	Questão 28: C	Questão 38: D	Questão 48: C	Questão 58: A
Questão 09: B	Questão 19: B	Questão 29: B	Questão 39: B	Questão 49: B	Questão 59:

					B
Questão 10: C	Questão 20: C	Questão 30: D	Questão 40: B	Questão 50: A	Questão 60: B

CARGO: Técnico de apoio/*CONSULTOR*

Áreas: I, II, III, IV, V e VI

Códigos 501, 502, 503, 504, 505 e 506

Edital nº 5/2000

Gabarito

Questão 01: D	Questão 11: B	Questão 21: D	Questão 31: A	Questão 41: D
Questão 02: D	Questão 12: A	Questão 22: B	Questão 32: A	Questão 42: A
Questão 03: A	Questão 13: B	Questão 23: B	Questão 33: C	Questão 43: D
Questão 04: D	Questão 14: C	Questão 24: A	Questão 34: D	Questão 44: A
Questão 05: D	Questão 15: D	Questão 25: C	Questão 35: B	Questão 45: B
Questão 06: A	Questão 16: C	Questão 26: C	Questão 36: B	Questão 46: D
Questão 07: B	Questão 17: C	Questão 27: A	Questão 37: B	Questão 47: A
Questão 08: D	Questão 18: D	Questão 28: C	Questão 38: D	Questão 48: D
Questão 09: D	Questão 19: C	Questão 29: A	Questão 39: A	Questão 49: B
Questão 10: C	Questão 20: D	Questão 30: A	Questão 40: B	Questão 50: D

CARGO: Técnico de apoio/*engenheiro electricista* - Código 601

Edital nº 6/2000

Gabarito

Questão 01: C	Questão 11: B	Questão 21: C	Questão 31: B	Questão 41: C	Questão 51: B
Questão 02: C	Questão 12: D	Questão 22: D	Questão 32: D	Questão 42: B	Questão 52: D
Questão 03: B	Questão 13: A	Questão 23: C	Questão 33: B	Questão 43: B	Questão 53: D
Questão 04: A	Questão 14: B	Questão 24: C	Questão 34: D	Questão 44: A	Questão 54: A
Questão 05: D	Questão 15: A	Questão 25: A	Questão 35: B	Questão 45: A	Questão 55: A
Questão 06: C	Questão 16: B	Questão 26: D	Questão 36: A	Questão 46: D	Questão 56:

					B
Questão 07: D	Questão 17: D	Questão 27: A	Questão 37: D	Questão 47: B	Questão 57: C
Questão 08: B	Questão 18: B	Questão 28: A	Questão 38: A	Questão 48: A	Questão 58: B
Questão 09: C	Questão 19: C	Questão 29: C	Questão 39: B	Questão 49: D	Questão 59: D
Questão 10: A	Questão 20: D	Questão 30: C	Questão 40: D	Questão 50: A	Questão 60: A

CARGO: Técnico de apoio/redator/revisor - Código 701

Edital nº 7/2000

Gabarito

Questão 01: D	Questão 11: C	Questão 21: A	Questão 31: C	Questão 41: A
Questão 02: C	Questão 12: D	Questão 22: A	Questão 32: D	Questão 42: C
Questão 03: C	Questão 13: C	Questão 23: A	Questão 33: C	Questão 43: C
Questão 04: B	Questão 14: A	Questão 24: C	Questão 34: C	Questão 44: B
Questão 05: B	Questão 15: A	Questão 25: C	Questão 35: B	Questão 45: C
Questão 06: B	Questão 16: D	Questão 26: B	Questão 36: A	Questão 46: D
Questão 07: B	Questão 17: D	Questão 27: B	Questão 37: C	Questão 47: A
Questão 08: A	Questão 18: B	Questão 28: D	Questão 38: B	Questão 48: B
Questão 09: D	Questão 19: D	Questão 29: B	Questão 39: B	Questão 49: B
Questão 10: B	Questão 20: D	Questão 30: B	Questão 40: B	Questão 50: A

ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Paulo Piau e Kemil Kumaira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a eleger o Vice-Presidente da Comissão. A seguir, determina sejam distribuídas as cédulas de votação aos membros presentes e convida o Deputado Paulo Piau para atuar como escrutinador. Proclamado o resultado, é eleito para Vice-Presidente o Deputado Chico Rafael, com três votos. A Presidência informa que a posse do Vice-Presidente ocorrerá em reunião posterior. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2001.

João Batista de Oliveira, Presidente - Kemil Kumaira - Paulo Piau - Jorge Eduardo de Oliveira.

ATA DA 57ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Jorge Eduardo de Oliveira, Paulo Piau e Kemil Kumaira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e, a seguir, procede à leitura do Ofício nº 23/2000, do Superintendente-Geral do

ITER-MG, publicado no "Diário do Legislativo" de 17/3/2001. Após, designa o Deputado Paulo Piau para relatar, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.327/2000, do Deputado Dimas Rodrigues. Encerrada a 1ª Parte da reunião, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, destinada à discussão e à votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira emite parecer, concluindo pela aprovação do Projeto de Lei nº 954/2000, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Após, são encaminhados à Mesa requerimentos do Deputado Chico Rafael, pedindo sejam discutidos, em audiência pública, nesta Comissão, o fechamento da fábrica da Parmalat na cidade de Itamonte e a necessidade de equiparação da alíquota incidente sobre o leite no Estado, doze por cento, com a cobrada em outros Estados, sete por cento; e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pedindo seja realizada audiência pública para se discutir o fechamento da fábrica da Parmalat na cidade de Itamonte. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. O Deputado João Batista de Oliveira passa a Presidência ao Deputado Paulo Piau e apresenta requerimento, solicitando seja discutido nesta Comissão o Programa Semeando, de iniciativa da FAEMG e do SENAR; pede, ainda, seja consignado na ata de nossos trabalhos um voto de congratulações com a Rede Super, Canal 23, pela apresentação do programa Notícias Agrícolas, devido à importância do programa para o meio rural. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Reassumindo a Presidência, o Deputado João Batista de Oliveira agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2001.

João Batista de Oliveira, Presidente - Chico Rafael - Jorge Eduardo de Oliveira - Kemil Kumaira.

ATA DA 13ª REUNIÃO Ordinária da cpi da saúde

Às quinze horas e cinco minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão, Alberto Bejani, Fábio Avelar e Doutor Viana (substituindo este ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e inscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é ouvir o Sr. Ayrton Maia, Auditor-Geral do Estado; os Srs. Francisco Moreira de Miranda Júnior, Henrique Hermes Gomes de Moraes e Joaquim José da Cunha, Auditores da Superintendência Central de Auditoria Operacional da Secretaria da Fazenda; Jayme José Monteiro, Auditor da FHEMIG; e Waldemar Dias Coelho Neto, Auditor da Secretaria de Estado da Saúde. Registra-se a presença do Deputado Marco Régis, que assume suas funções, enquanto o Deputado Fábio Avelar se retira. Os depoentes se identificam, fazem suas considerações iniciais e em seguida respondem a perguntas dos Deputados Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão, Marco Régis, Doutor Viana e Hely Tarquínio. O Sr. Ayrton Maia entrega documentos ao Presidente, e este solicita à assessoria que sejam juntados aos autos. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimento no qual pede sejam solicitadas ao Secretário da Saúde informações relativas a laboratórios contratados pela Secretaria para realização de exames de DNA. O Deputado Edson Rezende apresenta requerimentos nos quais solicita sejam pedidas ao Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJ - as informações que menciona, referentes às empresas LABIOFAM S.A. e CUBAVET Ltda., e ao Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG - as informações que menciona, referentes às empresas CEPA Biotecnologia Ltda. e Tecnosuma. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Presidente esclarece que o teor da reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a colaboração dos convidados e a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2001.

Hely Tarquínio, Presidente - Edson Rezende - Adelmo Carneiro Leão - Rêmoló Aloise.

ATA DA 43ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas do dia vinte e nove de março de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmoló Aloise, Rogério Correia e Jorge Eduardo de Oliveira (substituindo este ao Deputado Ivair Nogueira, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e inscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Ato contínuo, o Presidente comunica a retirada de pauta dos Projetos de Lei nºs 1.014 e 1.016/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por não estarem cumpridos os pressupostos regimentais. A seguir, são aprovados, cada um por sua vez, após discussão e votação, os pareceres sobre as Mensagens nºs 19/99 (relator: Deputado Mauro Lobo) e 109/2000 (relator: Deputado Ivair Nogueira), em que os relatores concluem pela aprovação das matérias por meio de projetos de resolução que apresentam; o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.208/2000 em 2º turno, na forma do vencido em 1º turno (relator: Deputado Dilzon Melo); e os pareceres pela aprovação, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.002/2000 (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 54/99 (relator: Deputado Dilzon Melo); 891/2000 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Rogério Correia); 1.170/2000 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 1.322/2000 (relator: Deputado Rêmoló Aloise) e 1.415/2001 (relator: Deputado Luiz Fernando Faria). Registre-se o voto contrário do Deputado Rogério Correia ao parecer sobre a Mensagem nº 19/99. Passa-se, então, à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Presidente comunica o recebimento do Requerimento nº 2.026/2001, do Deputado Arlen Santiago, em que solicita seja pedido ao Governador do Estado que autorize a PRODEMGE a disponibilizar os dados do SIAFI para a Assembléia Legislativa. Colocado em votação, é o requerimento aprovado na forma do Substitutivo nº 1, apresentado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São aprovados, cada um por sua vez, após discussão e votação, requerimentos do Deputado Rêmoló Aloise, solicitando seja pedido ao Secretário da Fazenda o envio de relação dos convênios assinados com municípios e das subvenções sociais destinadas a eles, conforme o demonstrativo da execução orçamentária de fevereiro de 2001, bem como seja ele convidado a comparecer a reunião da Comissão, para debate; do Deputado Rogério Correia, solicitando seja o Secretário da Fazenda convidado a comparecer a reunião da Comissão para prestar esclarecimentos sobre acordo entre o Estado e a Cia. Vale do Rio Doce e sejam também convidados o Procurador-Geral da Fazenda Pública Estadual, o ex-Diretor da Superintendência de Legislação Tributária e representantes do Ministério Público e do SINDIFISCO. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2001.

Mauro Lobo, Presidente - Rêmoló Aloise - Ivair Nogueira - Jorge Eduardo de Oliveira - Rogério Correia - Anderson Adauto - Luiz Fernando Faria - Dilzon Melo.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 229ª reunião ordinária, em 10/4/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 1.762/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, em que solicita seja encaminhado ao Secretário Administração pedido de informações sobre o motivo pelo qual os servidores aposentados e idosos estão sendo obrigados a se recadastrar somente nas cidades regionais-administrativas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.770/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja encaminhado à COPASA-MG pedido de envio a esta Casa de cópia dos balancetes analítico e sintético relativos aos meses de dezembro de 1999 a setembro de 2000, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.771/2000, do Deputado Amílcar Martins, solicitando seja encaminhado ao Secretário da Casa Civil pedido de informações sobre matéria publicitária do Governo veiculada no último mês de novembro, versando sobre investimentos no Estado, geração de emprego e outros temas afins. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.773/2000, da Deputada Elaine Matozinhos, solicitando sejam encaminhados aos Secretários da Justiça e da Segurança Pública pedidos de informações acerca dos motivos pelos quais não foi encaminhado a esta Casa o Plano Estratégico previsto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.985, de 30/7/98, que transfere a administração das cadeias e dos presídios para a Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Requerimento nº 1.787/2000, da Comissão Especial do IPEM, em que solicita seja encaminhado ao Auditor-Geral do Estado e ao Secretário de Ciência e Tecnologia pedido de envio a essa Comissão de cópia da documentação relativa à exoneração do Diretor-Geral do IPEM, Wilton Braga de Oliveira, do pronunciamento feito pelo Secretário perante esta Comissão Especial e do relatório da auditoria realizada no IPEM. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.803/2000, do Deputado Amílcar Martins, solicitando seja encaminhado ao Presidente da CEMIG pedido de envio a esta Casa das informações que menciona, referentes aos serviços de segurança, contratação de empresas de vigilância dessa instituição, além de outras informações que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.814/2000, do Deputado Antônio Carlos Andrada, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do IPSEMG pedido de informações sobre a existência de débito do Município de Oliveira Fortes junto a essa autarquia, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 64, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos policiais civis e militares, aos militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 66, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos incisos IV e V do art. 17; incisos IX, X e XX do art. 22; arts. 47 e 48; inciso VII do art. 49; §§ 1º e 2º do art. 66 e § 2º do art. 86; art. 100; § 1º do art. 120; arts. 169 e 170; §§ 7º e 8º do art. 171; art. 310; parágrafo único do art. 316; §§ 1º, 2º e 3º do art. 325; arts. 335, 339 e 341; e pela rejeição do veto ao inciso I do art. 8º; art. 185; alínea "c" do inciso IV e inciso XV do art. 190; § 2º do art. 203; e arts. 204, 207, 212, 337 e 338.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.607, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão ou entidade sob o controle direto ou indireto do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 4º e pela manutenção do veto aos §§ 1º, 2º e 3º de seu art. 5º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.631, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 3º e seu parágrafo único e aos incisos V e VI do art. 4º e pela manutenção do veto aos incisos XX, XXII e XXIII do art. 4º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.632, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 18 e pela manutenção do veto aos §§ 2º e 3º do art. 19.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.681, que acrescenta dispositivo ao art. 21 da Lei nº 11.539, de 22/7/94, que dispõe sobre a UEMG. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.682, que determina a inclusão de conteúdos e atividades destinados à formação de motoristas nos currículos do ensino médio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.687, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.689, que acrescenta dispositivos à Lei nº 13.414, de 23/12/99, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - CODEL. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.691, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 65, que altera dispositivo da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.604, que dispõe sobre procedimentos especiais para prevenção e detecção de casos de Lesão por Esforço Repetitivo - LER. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.605, que dispõe sobre o Programa Permanente de Renda Mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de criança ou adolescente abandonados. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.634, que altera dispositivos das Leis nºs 12.730, de 30/12/97, 13.243, de 23/6/99, 12.989, de 30/7/98, e 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.655, que dispõe sobre o controle e o licenciamento dos empreendimentos e das atividades geradoras de resíduos perigosos no Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.661, que dispõe sobre a estruturação e a organização de sistema de referência hospitalar. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.662, que dispõe sobre o Programa Estadual de Saúde Vocal. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.665, que institui o Programa de Higiene Bucal na rede estadual de ensino fundamental. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.692, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.496, de 5/4/2000, que dispõe sobre a implantação do Projeto Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI-Cidadão. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 62ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 10/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 36/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; Projetos de Lei nºs 1.346/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 979/2000, do Governador do Estado; 1.333/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.354/2001, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.363 e 1.364/2001, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.389/2001, do Deputado Pedro Pinduca; 1.395/2001, do Deputado Marco Régis; 1.396/2001, do Deputado Agostinho Silveira; 1.406/2001, do Deputado Gil Pereira; 1.419, 1.420, 1.421 e 1.431/2001, do Governador do Estado; 1.442/2001, do Deputado Antônio Genaro.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.394/2001, do Deputado Pedro Pinduca; 1.397/2001, do Deputado Wanderley Ávila; 1.401/2001, do Deputado Marco Régis.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.119/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.353/2001, do Deputado Sebastião Costa; 1.424/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.426/2001, do Deputado Rogério Correia; 1.342/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.435/2001, da Deputada Maria José Haueisen; 1.436/2001, do Deputado Marco Régis; 1.447/2001, do Deputado Paulo Pettersen.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 56ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 11/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.263/2000, do Deputado Dimas Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.323/2000, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 2.074/2001, do Deputado Doutor Viana; 2.075/2001, do Deputado Kemil Kumaira; 2.081/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o relatório final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Anderson Aduato, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 157/1999, do Deputado Ermano Batista, e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 321/1999, do Deputado Bilac Pinto; 894/2000, do Deputado Rogério Correia; 990/2000, do Deputado Edson Rezende; 1.155/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 1.164/2000, do Deputado Carlos Pimenta; 1.229/2000, do Deputado Agostinho Silveira; 1.233/2000, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.246/2000, do Deputado João Pinto Ribeiro; 1.250/2000 e 1.414/2001, do Governador do Estado; 1.255/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 1.300/2000, do Deputado Dinis Pinheiro, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2001.

Mauro Lobo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Carlos Andrada, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/4/2001, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre a Emenda nº 1, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000, em 1º turno no Plenário.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2001.

Cabo Morais, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

226ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 3/4/2001

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, pessoas que nos visitam hoje, como Presidente da Comissão de Política Agropecuária da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, venho acompanhando o grande esforço que está sendo feito pela União, pelo Estado e pelos municípios para levar energia elétrica a toda a região rural mineira. As metas são realmente ambiciosas: pretende-se beneficiar 1 milhão de pessoas até 2003, com um investimento de cerca de R\$400.000.000,00, estando prevista a cobertura de 100% do campo mineiro.

Há que se louvar o grande esforço que vem sendo feito com determinação pela CEMIG e pela ELETROBRÁS, respectivamente através dos Programas Lumiar e Luz no Campo. Há que se reconhecer igualmente a vontade política que determinou a criação desses programas.

Hoje, mais do que nunca, energia elétrica é sinônimo de melhores condições de vida para o homem do campo. É ela que permite ao produtor e sua família o uso de aparelhos considerados indispensáveis à vida doméstica. É ela também que põe o homem do campo em contato com o mundo através da informação do rádio e da televisão.

Propiciar ao homem do campo o acesso à notícia quase simultaneamente ao seu acontecimento significa dar-lhe oportunidade de interferir no próprio desdobramento. Significa criar condições reais para que possa gozar em plenitude sua condição de cidadão.

Mas, a energia elétrica é hoje, para o produtor, mais do que uma exigência de conforto e de exercício da cidadania. É também uma condição de sobrevivência enquanto categoria social. Verdade é que a produção rural, em face das crescentes exigências do mercado e da competição, não pode dispensar essa conquista que nem mais tão recente é na história humana.

Os fatos são irrefutáveis: é a energia elétrica que garante, por exemplo, o bombeamento da água para a irrigação e para a manutenção dos rebanhos; o preparo, na propriedade, de ração para a alimentação do gado; e o processamento industrial da produção no local de origem, através de sofisticadas máquinas ou de equipamentos mais rudimentares como moinhos e engenhos.

A falta de energia elétrica no campo pode inviabilizar, hoje, a produção do leite, de importância fundamental para a sociedade, por sua natureza distributiva, e para a economia do Estado, por seu peso específico no setor agropecuário. O leite, agora, por imposição dos avanços tecnológicos e pelas exigências de qualidade do mercado, passou a ser resfriado no local em que é produzido. Assim, o produtor rural que não conta com energia elétrica não tem mais condição de produzir leite. A tradicional visão do latão de leite exposto ao sol e à chuva nos postos de coleta à beira das estradas já pertence ao passado. Cooperativas como as de Curvelo e de Sete Lagoas – para citar uns poucos exemplos – não mais recebem o produto naquela forma de acondicionamento. Caminhões com tanques térmicos, que percorrem as propriedades rurais em dias alternados, encarregam-se do transporte do leite resfriado localmente, totalmente livre de bactérias.

Se os Programas Lumiar e Luz no Campo não atingirem suas metas no prazo previsto, milhões de produtores serão obrigados a abandonar sua atividade.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deputado João Batista de Oliveira, V. Exa., como Presidente da Comissão de Agropecuária, tem-se batido, ao longo dos anos, por uma presença mais pujante da CEMIG e do Governo do Estado nesse trabalho de levar a energia elétrica aos mais distantes rincões do Estado. Existem projetos correndo o risco de ser paralisados - como o Jaíba -, devido ao alto custo da energia elétrica.

Cumprimentando-o por suas palavras, peço licença para mudar de assunto e falar de algo que interessa a todos. Antontem, o Prefeito de Joaquim Felício, Elmar, que está fazendo grande administração, foi vítima de atentado, sendo baleado. Demonstro, de público, toda a indignação desta Casa contra esse ato covarde, pedindo à Secretaria da Segurança Pública que tome as devidas providências e apure esse crime. O Prefeito Elmar é pessoa séria, exemplar pai de família e goza de excelente reputação em Joaquim Felício, cidade do nosso companheiro Deputado Wanderley Ávila. Graças a Deus está salvo, não correndo risco de vida.

Agradeço a V. Exa. esse espaço que me foi concedido para apoiar o seu pronunciamento e, ao mesmo tempo, cobrar da Polícia Civil a prisão daquele criminoso. Obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira* - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Manifestamos nossa solidariedade ao Prefeito Elmar, de Joaquim Felício.

Essa compulsória renúncia ao campo pode ter efeitos dramáticos: provocar a queda do nível de atividade no campo e, conseqüentemente, da renda rural; a redução do número de empregos; e a liberação de novos contingentes migratórios para as grandes cidades.

Essa crise atingiria Minas Gerais como um todo, já que praticamente todos os municípios mineiros - inclusive a Capital - são produtores de leite. Daí, o temor do quanto a economia mineira - tão vinculada à produção agropecuária, especialmente ao leite - pode declinar com quedas expressivas na produção rural e com a retirada de milhões de produtores da atividade.

O sucesso dos Programas Lumiar e Luz no Campo, ao contrário, poderá garantir o retorno à atividade agropecuária daqueles que se viram forçados a abandoná-la. Pode permitir que produtores realmente vocacionados continuem na atividade, podendo ampliá-la e qualificá-la. A formação de rebanhos mais especializados, que, além da alimentação natural, requer a produção de rações na própria fazenda, é também condição de sobrevivência num mercado que a cada dia exige produtos com maior qualidade.

É necessário que se faça a pergunta: quem ganha com a energia elétrica no campo? Ganha o produtor, que, além de poder continuar na atividade em condições razoáveis de conforto e em dia com o mundo, vai melhorar seus rendimentos e acionar cadeias produtivas como a do leite; ganha a economia de Minas, beneficiada com uma maior produção e o fortalecimento do seu mercado interno; ganha o próprio Estado, por ser ele o proprietário da concessionária de energia elétrica, por aumentar sua capacidade de arrecadação e de sua qualificação para atrair novos investimentos.

Há ainda outro ganhador, raramente lembrado, mas que auferirá lucros altíssimos com a chegada da energia elétrica a todo o território mineiro: é a indústria brasileira de eletroeletrônicos.

A experiência advinda do exercício da Presidência da Comissão de Política Agropecuária já nos deu a comprovação de que uma propriedade em que se vai instalar energia elétrica, num horizonte de dois anos, vai se equipar com nada menos que 12 tipos de aparelhos eletroeletrônicos.

No mínimo, serão adquiridos nesse tempo uma geladeira (R\$600,00); um televisor (R\$ 450,00); um aparelho de som (R\$300,00); uma motobomba (R\$300,00); um ventilador (R\$50,00); um rádio (R\$60,00); um liquidificador (R\$50,00); um ferro elétrico (R\$50,00); um chuveiro elétrico (R\$20,00); e lâmpadas (R\$10,00). Se a propriedade for produtora de leite, necessariamente serão adquiridos um conjunto desintegrador-ensiladeira-motor (R\$1.200,00) e um tanque de expansão (R\$3.000,00). Serão gastos, assim, quase R\$7.000,00.

Os ganhos da indústria de eletroeletrônicos serão maiores ainda quando se raciocina além dos lucros com a aquisição primária de aparelhos. Há também um mercado secundário, de substituição, em que o consumidor procura sempre acompanhar os lançamentos da indústria e faz a substituição dos aparelhos que, em virtude da constante evolução tecnológica do setor, não atendem mais suas necessidades.

Não é exagerado afirmar que os grandes volumes de recursos que a indústria de eletroeletrônicos deve movimentar com a chegada da energia ao meio rural serão muito superiores aos que a União, Estado e municípios estão investindo desde 1999 para tirar da escuridão e do atraso toda a área rural mineira.

É mais do que justo, portanto, que União, Estado e municípios convoquem a indústria brasileira de eletroeletrônicos a participar do grande esforço que está sendo empreendido para ajudar a desenvolver o campo por meio da energia elétrica.

Para implementar esse necessário debate, propomos que a própria indústria crie um fundo especial gerido por suas entidades representativas, que centralize e administre sua contribuição para esse grande esforço nacional.

Participando dessa iniciativa, a indústria brasileira de eletroeletrônicos, além de investir na ampliação do seu mercado, terá muito do que se orgulhar. Ela estará contribuindo também para a irradiação de luz sobre a escuridão, para fazer transparecer, tornar evidentes pessoas, valores e modos de vida que estão na origem da constituição de nossa sociedade, de nossa identidade como povo e nação.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, comunicamos a V. Exas. que apresentamos requerimento na Comissão de Política Agropecuária, propondo a realização de audiência pública para debater os Programas Lumiar e Luz no Campo. É nossa intenção aprofundar, nessa audiência, as questões que aqui, preliminarmente, levantamos. Muito obrigado.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Ilustre Deputado João Batista de Oliveira, a quem tenho a honra de acompanhar na Comissão de Agricultura desta Casa, estou acompanhando, no pronunciamento de V. Exa., a preocupação quanto à eletrificação do setor rural no Estado de Minas Gerais. É uma preocupação que tem a sua razão de ser, uma vez que a necessidade de energia elétrica é um mecanismo que vai proporcionar o desenvolvimento do campo. Mas quero manifestar a minha preocupação com relação ao que está ocorrendo no setor leiteiro do Estado. Temos acompanhado pela mídia que o laticínio da Parmalat da cidade de Itamonte está para ser fechado, segundo eles porque não há produção de leite suficiente para manter a fábrica em funcionamento. Daí a nossa preocupação com o que está havendo em Minas. Precisamos levar avante um projeto de eletrificação rural, mas, se não dermos condições, principalmente tributárias, para que os nossos produtores de leite continuem estimulados a produzir leite, não encontraremos o desenvolvimento que queremos.

Por isso, já se encontra na Comissão de Agricultura requerimento de minha autoria e também do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, do Sul de Minas, para realizarmos, amanhã, audiência pública na Casa, quando também debateremos a tributação do leite no Estado para que continue sendo a grande bacia que sempre foi no Brasil. Muito obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira* - Agradeço ao Presidente e ao Deputado Chico Rafael e aproveito para convidar os produtores e as entidades para a nossa audiência de amanhã, na Comissão de Agropecuária, atendendo ao requerimento de autoria dos Deputados Chico Rafael e Dalmo Ribeiro Silva. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Olívia - Conhecido por Gerais, o nosso Estado difere de todos os outros do País. Já dizia o poeta: "Minas são muitas". Minas é bela por natureza. De norte a sul, de leste a oeste, ficamos extasiados ao percorrermos um Estado com tanta diversidade. A tranquilidade das montanhas é encontrada em todo o Estado. Junto às montanhas, nossas reservas biológicas, áreas de proteção ambiental e reservas particulares do patrimônio natural das nossas Gerais. Nossas nascentes e nossas grutas estão interligadas às nossas

montanhas. No sopé das montanhas encontramos as nossas cidades históricas. A arte barroca trazida pelos portugueses encontrou terreno fértil em Minas Gerais. Manifestou-se com vigor na arquitetura, na música, na pintura e na escultura. Nas cidades históricas, a força religiosa e o maior acervo barroco brasileiro. Espalhadas por todas as regiões de nosso Estado, as estâncias hidromineiras se transformaram em atraentes pólos turísticos, despertando o interesse de pessoas de todas as partes do Brasil. Mãos, argila, fios e teares. Metal, agulha e papel. Algodão. Inspiração e habilidade. Nosso artesanato assegura a subsistência de milhares de famílias, que passando de geração em geração as técnicas do ofício, ajudam a manter viva uma tradição secular. Rica e apreciada, a cozinha mineira está ligada à nossa história desde o final do século XVII. Saborosa e variada, nossa culinária é a mais típica do Brasil. O ritual de preparo da comida mineira exige quase sempre utensílios especiais, como as panelas de barro ou de pedra-sabão. O fogão a lenha também é indispensável para assegurar a qualidade da iguaria. Tira-gosto para a cachaça, antes; doce de figo, de leite ou de laranja e queijo-de-minas, depois.

O mineiro precisa descobrir Minas Gerais. O mineiro precisa conhecer este Estado tão rico para, posteriormente, conhecer o Brasil. Minas é rica em belezas naturais jamais vistas.

No Norte, as pedras preciosas e semipreciosas em nossa Teófilo Ottoni. No Sul, o cristal em Poços de Caldas nada fica a dever ao cristal de Murano. A técnica adotada em Poços foi trazida por italianos e ainda hoje é aplicada.

O artesanato em argila do vale do Jequitinhonha, retratando figuras humanas, difere da cerâmica de Monte Sião. O tear de Carmo do Rio Claro, no Sul de Minas, preserva uma tradição milenar. Pirapora mantém suas carrancas para espantar os maus espíritos; talvez, Srs. Deputados, por pouco tempo, já que o Velho Chico está morrendo.

Praia de água doce, Minas tem. Está lá na minha Lagoa da Prata, minha terra natal, conhecida como Terra do Sol e dos Canaviais. Monte Alegre de Minas, chamada Terra do Abacaxi, lá no Triângulo, vem ao encontro de Conceição das Pedras, Terra da Banana, no Sul de Minas. O vinho de Andradas e a famosa cachaça de Salinas retratam a diversidade das nossas Gerais.

Uso, neste momento, e usarei sempre, esta tribuna, como Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, para mostrar a todos os mineiros que Minas Gerais pode encontrar o seu caminho. É sabido que a maior indústria do mundo é o turismo. Turismo é cultura. Turismo é lazer. Turismo é divisa. Turismo é a indústria que não polui. Recursos hídricos, minerais, florestais e paisagísticos abundantes constituem uma vantagem estratégica de que Minas Gerais dispõe, para assegurar o seu processo de desenvolvimento econômico-turístico.

Queremos sensibilizar os agentes de turismo a levar o mineiro a descobrir Minas, conhecer suas montanhas, grutas, rios, igrejas e museus, e, só assim, nosso povo passará a conhecer a nossa cultura, a nossa história.

Queremos sensibilizar os veículos de comunicação para que dêem um espaço maior na divulgação do potencial turístico de nossa Minas Gerais.

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que a TV Assembléia dê o primeiro passo, divulgando as nossas belezas e as nossas riquezas. Que a TV Assembléia incentive o mineiro a conhecer Minas, porque Minas é bela.

Infelizmente, o turismo também enfrenta problemas. Gostaria de mencionar aqui dois fatos que vêm nos preocupando neste momento: a situação do Município de São Lourenço, estância hidromineral do Sul de Minas, que tem como principal ponto turístico o nacionalmente famoso Parque das Águas, a qual poderá ter seu abastecimento de água comprometido, em consequência da exploração desordenada das águas minerais. A questão não é só de sobrevivência da população de 35 mil habitantes, mas de ver ameaçada a maior fonte de renda do município, tipicamente turístico.

Apresentei um requerimento na Comissão de Turismo, Indústria e Comércio solicitando a realização de uma audiência pública em São Lourenço, onde represento o PSDB, para tratar do assunto, juntamente com as autoridades competentes.

Outro assunto importante, Srs. Deputados, é referente à febre amarela e à dengue. A febre amarela se instalou no Oeste de Minas e já matou 17 pessoas. O cartão de vacinação virou passaporte nas mãos dos habitantes ou daqueles que se dirigem a nossa região, muito procurada pelos turistas. Nas rodovias, faixas convidam as pessoas a se vacinar e alertam: o Oeste de Minas é área de risco. E eu pergunto: se a febre amarela é uma infecção que ocorre em toda a América, e a vacina é de baixo custo, por que o Governo espera que a doença se instale para posteriormente imunizar nossa população, já tão sofrida?

Acompanhada da febre amarela, a dengue chegou para ficar no Oeste de Minas. Em Lagoa da Prata virou epidemia. Lá se pergunta: quem ainda não teve dengue?

Precisamos realmente de uma saúde pública mais eficiente e mais eficaz. Em nome do povo do Oeste de Minas, apresento meu protesto junto aos Governos Estadual e Federal contra a situação em que se encontram os municípios atingidos e o risco de contaminação do restante do Estado.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Muito obrigado, Deputada Maria Olívia. Cumprimento V. Exa. por seu pronunciamento tão oportuno e pela importância do alerta que faz à Casa e a todos os mineiros. O turismo é uma atividade fundamental no mundo atual, pois é a indústria moderna, que não polui. E Minas Gerais apresenta inúmeras possibilidades a serem exploradas, como o turismo ecológico e o histórico, com nossas tradições, cultura e artes. Temos um mundo inteiro a revelar e preservar para as futuras gerações.

Não há ninguém melhor que V. Exa., com sua sensibilidade para as questões culturais do nosso Estado e com seu conhecimento do interior e da vida de Minas Gerais, para comandar, na Assembléia Legislativa, essa mobilização em defesa da valorização do turismo, pois todos os povos do País e do mundo devem visitar Minas Gerais, a começar por sua própria gente, que conhece outras regiões que não as suas de origem.

Peço licença, aproveitando mais 1 minuto do tempo que V. Exa. gentilmente me cede, para trazer aqui uma denúncia. É preciso perguntar ao Governo, ao Sr. Governador Itamar Franco, que ninguém sabe onde está no momento - sabemos apenas que está fazendo campanha -, por que até hoje, dia 3 de abril, a escala de pagamento dos servidores públicos não foi anunciada. Ele foi eleito com a promessa de pagar o funcionalismo até o primeiro dia útil de cada mês. O Governo passado cumpriu rigorosamente seu compromisso de começar a escala até o quinto dia útil - o que podemos provar -, e agora já estamos no terceiro dia do mês de abril, e não saiu a escala de pagamento dos funcionários.

É um desrespeito. Onde estão as lideranças sindicais do funcionalismo? Onde está o Sr. Renato Barros? Eles "pelegaram"? Foram corrompidos pelo Governo? Estão tomando cafezinho com pão de queijo no Palácio da Liberdade? Há alguns dias, liguei a TV Assembléia e vi o chamado líder sindical, Dr. Renato Barros, ao lado do Governador, agradando-o, incensando-o.

Qual é a legitimidade que ele tem? Por que ele e todos os outros líderes não cobram isso do Governo? A escala de pagamento nem foi anunciada. Não estou dizendo apenas que não foi cumprida. E já estamos no dia 3 de abril. Muito obrigado.

A Deputada Maria Olívia - Agradeço ao Deputado Amílcar Martins. Lembro a todos que o funcionalismo público votou no Itamar Franco.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Muito obrigado. Cumprimento V. Exa. pelo trabalho que vem desenvolvendo nesta Casa e à frente da Presidência da Comissão de Turismo. Fiz um requerimento a sua Comissão para que faça uma visita à cidade de Montezuma, que possui águas quentes, como a cidade de Caldas Novas. Investiremos na região, asfaltando a rodovia que leva a nossa cidade, por meio do PRODETUR. É necessário que a Comissão agende essa visita o mais rapidamente possível, para que conheça um local muito bonito. Temos de investir no turismo, pois gera emprego, traz divisas e melhorará muito aquela região.

A Deputada Maria Olívia - Informo ao Deputado Dimas Rodrigues que o seu requerimento já foi aprovado em nossa Comissão. Agilizaremos a visita a Montezuma. Muito obrigada, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, trataremos de vários assuntos. Primeiro, gostaria de tranquilizar a população do Norte de Minas com relação à saúde do Prefeito Elmar, de Joaquim Felício, covardemente agredido, no domingo, com um tiro nas costas. Já pedimos providências à Polícia Civil para a apuração e a punição dos culpados.

A segunda questão é com relação a um compromisso do Governador Itamar Franco, feito no Governo itinerante em Montes Claros, relativo ao equipamento de poços artesanais tampoados. No ano passado, foi liberada a primeira parcela dos equipamentos de poços artesanais. Há 30 dias, enviamos correspondência ao Governador, pedindo urgência na liberação da segunda parcela. Tivemos notícia de que o CEDEC e a COPASA estão ultimando os preparativos para a licitação, a fim de colocar mais de 250 poços artesanais em funcionamento, levando água para a nossa querida e sofrida terra.

Parabenizo a direção de duas escolas superiores da cidade de Montes Claros: a Faculdade Pitágoras, que implantou os cursos de Turismo, de Hotelaria e de Fisioterapia. Tivemos a oportunidade de assistir à aula inaugural e de perceber como foi bem elaborada a montagem dessa Faculdade, com laboratórios em nível do Primeiro Mundo, fazendo com que Montes Claros, cada dia mais, torne-se uma cidade universitária.

Parabenizo o Instituto Santo Agostinho, que dará cursos superiores, na área de assistência social, e de comércio exterior, dizendo aos montes-clarenses que aquela unidade, que tem como Diretores o Prof. Eunápio, o Prof. Marcos Fábio, o Prof. Mércio, entre outros, e o empresário vitorioso Carlos Umberto, conseguiu, por meio da OAB de Minas Gerais, parecer favorável para o vestibular, ainda em agosto, para o curso de Direito.

O IPSEMG, chefiado por João Diniz, tendo, na sua Superintendência do Interior, o Dr. Roberto Bittencourt, entre outros, vem trabalhando, desde o início do Governo, com muito acerto, corrigindo problemas, instituindo programas de saúde da família, colocando o pagamento dos hospitais e médicos em dia, atendendo a um número cada vez maior de servidores públicos estaduais e municipais.

Aproveitamos a presença do Deputado Amilcar Martins para despolitizar o caso do atendimento dos funcionários públicos da Prefeitura de Contagem. Existe uma dívida, e há vontade, por parte do IPSEMG, de renegociá-la a fim de manter o atendimento da população. O Superintendente de Finanças, o Sr. Walter, procurou a Prefeitura para fazer essa composição, atendendo ao funcionalismo. Também o Prefeito Ademir Lucas tem interesse no progresso de Contagem. Convido o Deputado Amilcar Martins a que façamos o elo de ligação para o diálogo entre o Prefeito Ademir Lucas e a direção atual do IPSEMG, que vem conduzindo os destinos dessa instituição de maneira impecável, a fim de achar a fórmula de solucionar o problema de uma dívida advinda de vários mandatos. Com diálogo, certamente teremos a solução do impasse.

Quanto ao transporte escolar, estive, no início do ano, com o Prof. Murílio Hingel, com alguns Prefeitos do Norte de Minas, quando expomos a necessidade de se tratarem desigualmente os desiguais. Alguns critérios poderiam ser adotados para a liberação da verba para a compra e a reforma de veículos para o transporte escolar. Apresentamos a Murílio Hingel três critérios: que fossem priorizados os municípios que tivessem os menores índices de desenvolvimento infantil; que fossem colocados os municípios com os piores índices de desenvolvimento humano, como estava sendo feito no Projeto Alvorada; e relacionado o número de alunos matriculados em zona rural que têm que ser transportados. Fazendo isso, sabia que Secretário Murílio Hingel corrigiria distorções, fazendo com que os municípios mais pobres de Minas tivessem maior benefício. O Secretário optou pela nossa sugestão, e hoje os municípios contemplados são os que mais precisam. Estão tendo problemas devido à inadimplência, mas pedimos aos Prefeitos que tentem solucioná-los até o dia 13 de abril, a fim de que as populações das regiões carentes possam receber as verbas, que lhes serão de muita utilidade.

Como último assunto, vamos nos referir ao que foi abordado pelo Deputado João Batista de Oliveira, o Programa Lumiar e a questão da CEMIG. Pela constituição da CEMIG, ela tem de aplicar em obras sociais 5% do lucro líquido. Mesmo com o Lumiar oferecendo rentabilidade na zona rural, de mais de R\$1.300,00 por residência, na Área Mineira da SUDENE, as contrapartidas para a população ou para as Prefeituras estão ficando difíceis, e é quase impossível serem feitos os convênios na velocidade que desejariamos.

Queremos que o Presidente Djalma e o Diretor Dr. Aloisio Vasconcelos façam uma avaliação, com base nos índices de desenvolvimento infantil e humano e no tamanho dos municípios para que, além do Lumiar, se coloque essa verba de 5% do lucro líquido da CEMIG na Região Mineira da SUDENE, para que esse índice tão absurdo de baixo desenvolvimento infantil possa ser corrigido. Às vezes, uma simples luz acesa fará com que o barbeiro se afaste da casa ou uma geladeira ligada fará conservar o leite. Com isso, diminuirá a mortalidade infantil.

Estamos encaminhando, por escrito, esse pedido ao Presidente Djalma Moraes e esperamos que a CEMIG, essa grande empresa que tanto orgulha os mineiros, possa resolver, de maneira mais efetiva e eficaz, a questão da iluminação da zona rural nas áreas pobres.

Ao conceder aparte ao Deputado Amilcar Martins, tenho a certeza de que nós dois poderemos fazer a interface para que a população de Contagem, por seu Prefeito Ademir Lucas, e a direção eficiente do IPSEMG possam achar a fórmula e despolitizar o tema, fazendo com que a população venha a ser assistida.

Tenho a certeza de que é o que o Deputado Amilcar Martins quer, o que eu quero, o que o Prefeito quer e o que o IPSEMG quer. Ofereço, com muito prazer, esse aparte ao Deputado Amilcar Martins.

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)* - Obrigado, Deputado Arlen Santiago. Acompanhei atentamente seu pronunciamento e, em primeiro lugar, coloco-me à disposição para qualquer coisa em que possa ser útil.

Conhecemos, de longa data, o Prefeito Ademir Lucas, sua experiência política e dedicação à população de Contagem. A Prefeitura de Contagem, o Prefeito, seus auxiliares e Secretários não precisariam, em princípio, de intermediação para resolver esse problema. O Prefeito reconhece a dívida que foi feita pelo Prefeito Paulo Matos ao longo do ano 2000. Ele sabe que é uma dívida superior a R\$7.000.000,00, e foram pagos só os meses de janeiro e fevereiro do ano 2000.

Curiosamente, Deputado Arlen Santiago, quem politizou a questão não foi o Prefeito Ademir Lucas porque, mesmo estando inadimplente, ao longo do ano 2000, os funcionários da Prefeitura de Contagem continuaram tendo atendimento normal por parte do IPSEMG, durante dez meses. A Prefeitura era inadimplente, e eles foram atendidos.

Foi só quando o Prefeito Ademir Lucas assumiu a Prefeitura é que surgiu o problema do não-atendimento a essas pessoas. E digo mais: o Prefeito Paulo Mattos recolheu a parcela dos funcionários, dos servidores, mas não a repassou ao IPSEMG, ou seja, na verdade, cometeu um crime. Então, quem politizou, no meu entendimento e no do Prefeito Ademir Lucas, pelo que conversei com ele, foi o IPSEMG. De qualquer maneira, concordo que é preciso resolver o problema. Temos, sobretudo, que estar atentos para atender a essa parcela da população, os funcionários modestos da Prefeitura de Contagem, que precisam garantir o atendimento do IPSEMG.

Mesmo sabendo que o Prefeito não precisa e que seus Secretários não precisam de intermediação, de qualquer forma, se puder ser útil, V. Exa. conte com a minha colaboração. Ainda lhe agradeço o interesse, a preocupação em ajudar a Prefeitura e, sobretudo, seus funcionários municipais. Muito obrigado.

O Deputado Arlen Santiago* - Deputado Amilcar Martins, normalmente, durante a mudança de Prefeito, sempre aparece uma quantidade enorme de dívidas. Lembro-me de uma frase jocosa do Prefeito de São Francisco: quando entregou a Prefeitura para o sucessor, falou-se muito em dívida. E o Severino disse que, se o Prefeito não estava conseguindo resolver o problema das dívidas, era para lhe devolver a Prefeitura, que iria resolvê-lo e ainda continuar administrando.

Então, tenho a certeza de que, com a brilhante administração que o IPSEMG vem fazendo, por sua seriedade impecável, agindo de maneira a atender o funcionalismo, tudo se resolverá. Se a dívida cresceu em 2000, se parou antes de outubro ou em janeiro, isso é de sobremesa importância. Com a sua participação, com a vontade do Prefeito Ademir Lucas, que - tenho certeza - quer resolver o problema de Contagem, e com a boa administração que o IPSEMG tem, vamos achar uma solução. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, público presente, imprensa, vou ler o requerimento a que vou dar entrada nesta Casa hoje. (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve requer, nos termos regimentais, seja designado um grupo de Deputados para, em nome desta Casa, realizar audiência com o Exmo. Sr. Presidente da República e o Ministro de Minas e Energia para tratar sobre Furnas Centrais Elétricas e a CEMIG".

A justificativa desse requerimento é a seguinte. (- Lê:)

"Furnas representa para a CEMIG um agregado de valor, tanto na produção elétrica quanto na otimização do processo de transmissão. Com a aquisição de Furnas pela CEMIG, será dada continuidade a um trabalho de investimento na qualidade de barragens e turbinas, no desenvolvimento de novas técnicas, visando a melhorar o atendimento à população mineira na preservação do meio ambiente, por meio de atividades como: reflorestamento ciliar, recuperação de áreas degradadas, arborização urbana, educação ambiental, piscicultura, limnologia, reservas ambientais, planejamento geral para obtenção do licenciamento ambiental, estudos e relatórios de impactos ambientais envolvendo diagnósticos, prognósticos e medidas mitigadoras, amparo às necessidades sociais e econômicas das populações ribeirinhas.

A questão é de total relevância quando desejamos manter sob nossa égide a administração de nossos tesouros, de nossas fontes de riqueza, sem desprezar a tecnologia de outros centros, mas a partir do treinamento, já existente e praticado, de nossos ilustres profissionais.

Permitir que Furnas seja explorada por qualquer outra empresa que não seja a CEMIG torna-nos irresponsáveis por não zelar por nossos filhos. Que os parlamentares desta Assembleia mineira visualizem a situação que ora se espelha: não estamos de modo algum fechados a participações tecnológicas e importação de conhecimentos de ponta, mas exigimos a deferência dessa confiança.

Apelo aos nobres colegas para o acatamento da proposta supracitada".

Nós, do PDT, somos radicalmente contra a privatização de Furnas. Pelos motivos que li, fica, mais uma vez, ressaltado o nosso ponto de vista e o do nosso partido, não só em Minas Gerais mas em todo o Brasil. Mas se algo acontecer com Furnas, que priorizem o nosso Estado, por intermédio da CEMIG, na aquisição de Furnas, conforme justificativas dadas.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Deputado Marcelo Gonçalves, agradeço-lhe a oportunidade de apartear-lo. Quanto à privatização de Furnas, como disse muito bem, a Bancada do PDT considera-a inoportuna e altamente lesiva a Minas Gerais, principalmente à CEMIG. Portanto, V. Exa. terá, sem dúvida alguma, o apoio desta Casa. Sugiro, nesta oportunidade, que não apenas o Presidente da República, mas também o Ministro de Minas e Energia esteja presente nessa audiência, para que dela participe e verifique que nossa preocupação se justifica. Muito obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Acatando a sugestão do Deputado Bené Guedes, vamos solicitar, no requerimento, também a presença do Ministro das Minas e Energia. Falando sobre Furnas, como já disse, é muito importante, hoje, dentro da CEMIG. Este requerimento é importante não só para o Estado, mas também para o nosso País.

O Deputado Álvaro Antônio (em aparte)* - Deputado Marcelo Gonçalves, felizmente temos Deputados que estão se preocupando com o problema de Furnas. Como estamos vendo, pretendem fazer a desverticalização da CEMIG para facilitar os caminhos e chegar à privatização. Fazem do complexo de Furnas 12 hidrelétricas. Isso significa que Furnas abastece, mais ou menos, 40% do Sudeste brasileiro. E V. Exa. sabe que o que pode capitanear a distribuição de energia elétrica é a geração. Então, temos quatro fases: geração, transmissão, distribuição e comercialização. Ainda agora, o Sr. Governador mandou um projeto para esta Assembleia Legislativa, e não sei se já está no bojo desse projeto a exigência de se fazer um plebiscito para decidir se vai-se privatizar ou não a CEMIG. V. Exa. está falando sobre Furnas, mas estou aproveitando para cuidar da nossa CEMIG. Quanto ao que vem acontecendo com Furnas, tivemos aqui um cientista de renome que foi frontalmente contra e demonstrou as suas razões.

Esta Assembleia precisa fazer coro não só com V. Exa., mas também com outros Deputados que discorreram sobre esse assunto. É muito importante a presença dos estudantes nas ruas. Se participarem, como o fizeram na época das Diretas Já, tenho quase certeza de que o Presidente da República tirará essa ideia da cabeça. Obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Agradeço o aparte do Deputado Álvaro Antônio.

Falarei, também, sobre a pouca vergonha que acontece nas estradas federais devido aos radares escondidos. Isso é um crime contra a população, que já paga tantos impostos. Todos os motoristas mineiros deviam manifestar-se contra esses radares que ficam atrás das moitas e das árvores. A bancada federal mineira precisa levantar sua voz contra essa situação. Deveria haver, pelo menos, indicação de que o radar está em determinado local. Isso já se transformou num comércio. O maior comércio existente hoje é o das multas. É uma afronta à sociedade mineira, para não dizer um roubo contra o povo. Para falar com franqueza, dá vontade de parar o carro e quebrar aquela porcaria de radar que fica escondido.

Além de roubar, o Governo Federal não quer qualquer tipo de apuração. É totalmente contra a instalação da CPI. Por quê? Tem medo de quê? A CPI existe para apurar as denúncias, e não para condenar alguém. Aquele que não deve não teme. A CPI tem de ser criada, doa a quem doer. Não entendo por que o Presidente tem medo de que isso aconteça. Está criando corregedorias, dizendo que fará investigações. No entanto, por que tais investigações não podem ser feitas pela CPI, que tem os meios disponíveis para tal? Qual é o medo de Fernando Henrique?

A sociedade brasileira está questionando esse tipo de procedimento. Tenho a certeza de que o Presidente está tentando tapar o sol com a peneira, não instalando a CPI e promovendo a ação de corregedorias na Câmara e no Senado, a fim de que apurem as denúncias. Isso deveria ser feito pela CPI, que, embora tenha sido proposta, não conseguiu o número suficiente de assinaturas, pois o "corpo-a-corpo" do Presidente foi mais forte.

Com muita tristeza, vou discorrer sobre o que aconteceu na região Centro-Oeste mineira, com relação à febre amarela. Todas as cidades ficaram conhecidas por causa dessa doença. Em Divinópolis não foi diferente. O comércio caiu mais de 80% com a divulgação da notícia da febre amarela naquela região. Os meios de comunicação deveriam ter um pouco mais de cuidado ao divulgar tais notícias. Existe a febre amarela? Existe. No entanto, divulgar como foi feito é muito arriscado. Hoje Divinópolis e toda a região Centro-Oeste carregam o peso da fama da febre amarela. Realmente, houve casos em Pará de Minas e cidades vizinhas, em Torneiros. Em Divinópolis não foi diferente.

O Secretário da Saúde do Estado e o Superintendente Regional de Saúde de Divinópolis estão tomando as devidas providências. A comunidade do Estado de Minas Gerais está consciente com relação à febre amarela. O movimento do comércio de Divinópolis caiu cerca de 80% por causa das notícias sobre a febre amarela. Garanto a todos vocês que Divinópolis é uma cidade sadia, é uma cidade onde a febre amarela está totalmente controlada.

Quero também falar um pouco sobre o vale do Jequitinhonha, onde estive na semana passada. Araçuaí, uma das cidades-pólos do Jequitinhonha, foi contemplada pelo antigo Projeto Toriba, hoje Comunidade Solidária, que é um projeto que tira as crianças e os adolescentes das ruas. A verba vem de recursos federais, juntamente com a Secretaria de Esportes. A Prefeitura não entra com ajuda financeira nem com despesa de alimentação. E, para surpresa nossa, a Prefeita de Araçuaí não quis assinar esse convênio, porque entraria com quatro funcionários. Ela achou que, para tirar 500 crianças das ruas, tirar quatro funcionários da Prefeitura seria um gasto muito grande.

Então, fica o meu protesto contra a Prefeita Cacá, de Araçuaí, pela não-assinatura do convênio com a Secretaria de Esportes, para desenvolvimento do Projeto Esporte Solidário. Aquela é uma região que merece todo o nosso carinho. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna para registrar e ressaltar uma reportagem veiculada pelo grande jornal "Estado de Minas", no último domingo, na qual se relata, com muita propriedade, a situação de contraste e, ao mesmo tempo, de penúria de alguns municípios da Grande BH. O querido Deputado Alberto Bejani, no ano passado, com muita felicidade, já tinha feito essa observação e, numa atitude de grandeza, solicitou à Presidência desta Casa que, naquele instante, instituisse uma comissão

especial para que a Assembléa Legislativa, centro das questões administrativas e políticas do Estado de Minas Gerais, promovesse um grande debate sobre a redistribuição do ICMS, mais propriamente sobre o aperfeiçoamento e aprimoramento da famosa Lei Robin Hood. Na reportagem do "Estado de Minas" de domingo, a jornalista Marta Vieira nos traz uma triste realidade.

Torna-se imperativo o alerta à Assembléa Legislativa e, sobretudo, à Presidência desta Casa, para que, breve - se possível, Sr. Presidente, hoje mesmo -, essa Presidência tome a iniciativa de instalar essa comissão especial para discutir a distribuição do ICMS no Estado. Vejam a manchete do "Estado de Minas": "Pobres e ricos disputam espaço na nossa Grande BH - Municípios da Grande BH convivem com grandes diferenças nos indicadores econômicos e sociais".

Ribeirão das Neves e Ibitiré têm a pior renda por habitante, Deputado Fábio Avelar. Enquanto isso, Betim apresenta a melhor colocação nesse indicador. Ribeirão das Neves convive com a pior renda por habitante, estimada em R\$1.461,31. Já Ibitiré, minha terra natal, com 140 mil habitantes, tem a segunda pior colocação, com R\$1.844,00 por habitante. Betim, cidade felizada, que tem um Deputado querido e brilhante como o amigo Pinduca, possui renda de mais de R\$13.000,00 por habitante, de acordo com os estudos realizados pela conceituada Fundação João Pinheiro. Diz a matéria: "As desigualdades sociais e dos indicadores econômicos no amontoado de três dezenas de municípios em torno da Capital impressionam o pesquisador José Moreira de Souza, da Fundação João Pinheiro. Com um PIB de R\$297.800.000,00 e população de 250 mil habitantes, Neves, ao lado de Ibitiré, são cidades tipicamente exportadoras de mão-de-obra local".

Agora questiono, pergunto e indago: a Assembléa Legislativa, com seus Deputados e Deputadas, vai se aquietar, não enxergando essa questão como prioridade? A distribuição do ICMS vai ficar como se encontra? Com injustiças sociais que afligem o nosso povo, envergonham a Assembléa Legislativa e Minas Gerais?

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero cobrar publicamente: no ano passado, foi acertado entre todos os Líderes partidários da Assembléa Legislativa que este ano, no mês de março, se instalaria essa comissão especial para discutir o ICMS. Até hoje, nada. A comissão não foi criada. Há municípios em estado de penúria e de miséria e crianças passando fome, sem escolas e postos de saúde. Onde nos encontramos!

Faço um apelo, apresentando um requerimento para que o Presidente tenha a dignidade e a honrabilidade de, no tempo mais rápido possível, instalar essa comissão especial. Ibitiré não suporta mais esse sofrimento. Ribeirão das Neves não admite mais essa pobreza. Esses municípios carentes não admitem, de forma alguma, esse estado de injustiça. O ICMS, no pouco que resta ao Estado para legislar - e aí a participação da Assembléa Legislativa se faz obrigatória -, tem 4,6% de seu montante para ser redistribuído, para ser mais bem posicionado. E nós ainda não fizemos nada.

Portanto, Sr. Presidente, faça este apelo aqui e tomarei todas as providências necessárias para que a Assembléa, o mais rápido possível, comece a participar. É nossa obrigação. A Assembléa Legislativa de Minas é referência pela grandeza de seus funcionários, pelos valores dos Deputados que se encontram aqui, numa missão grande e relevante.

Reitero, com muita firmeza e determinação, aos ilustres membros da Mesa que instalem essa comissão especial. Nós a aguardamos com muita ansiedade. A injustiça tem de cessar, custe o que custar. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/4/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléa Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.763, de 1999, 1.963, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Carmem Lucia Martins Soares do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando Edmara Gomes Teixeira do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Edmara Gomes Teixeira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando José Honorato da Silva para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pedro Pinduca

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 5/4/2001, que nomeou Marcianne Reis e Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

ERRATAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.465/2000

Na publicação do projeto de resolução em epígrafe, verificada na edição de 5/4/2001, na pág. 18, col. 2, no despacho, onde se lê:

"nos termos do art. 195, c/c o art. 102, do Regimento Interno.", leia-se:

"nos termos do § 1º do art. 218 do Regimento Interno."

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.466/2000

Na publicação do projeto de resolução em epígrafe, verificada na edição de 5/4/2001, na pág. 18, col. 2, no despacho, onde se lê:

"nos termos do art. 195, c/c o art. 102, do Regimento Interno.", leia-se:

"nos termos do § 1º do art. 218 do Regimento Interno."